

A SITUAÇÃO

JORNAL OFFICIAL, GOVERNATIVO E LITTEBÁRIO.

Assigntatura	Publica-se duas vezes por semana em dias indeterminados.	Não se recebe
POR UM ANNO..... 125000	SUBSCREVE-SE NO ESCRITORIO DA TYPOGRAPHIA A	ASSIGNATURA POR MENOS DE SEIS
POR SEIS MESES..... 73000	RUA II DE JUNHO N. 20.	MESES.
NUMERO AVULSO..... 3400		

PARTE OFFICIAL.

Relatorio

ANNO II. B.

(Cont. do n.º 634.)

Curso Normal

Entrou no 2.º anno de sua existencia o curso destinado a preparar professores para as escolas de instrucção primaria.

Ao digno lente de grammatica da lingua nacional coabe instalou no corrente anno.

Continuo a pensar que esta instituição, e sómente ella, poderá regenerar o professorado da provincia, em geral deficientissimo das habilitações precisas para tão sublimae quam honrôsa missão.

O mappa n. 1 A e B mostra quaes as disciplinas professadas no estabelecimento, e alumnos que se matricularão.

Cumpre confessar que os funcionarios que ali exercem o magisterio estão mal retribuidos avista dos vencimentos que o Regulamento organico offerece aos professores effectivos de instrucção primaria.

Nutro as mais lisongueiras esperanças de colhermos no fim do anno corrente os primeiros fructos da arvore que plantamos em 3 de Fevereiro de 1875, louveres aos cultores que lhe forão dados.

As matriculas no anno findo forão:

Grammatica da lingua nacional.

1.º ANNO

Alumnos mestres....	12
Alumnos ouvintes....	15
Alumnas mestras....	6

Total... 33

2.º ANNO

Alumnos mestres....	8
Alumnos ouvintes....	2

Total... 10

Pedagogia e Methodos

1.º ANNO

Alumnos mestres....	13
Alumnas mestras....	6

Total... 19

2.º ANNO

Alumnos mestres....	8
---------------------	---

Total... 8

Matematicas Elementares

1.º ANNO

Alumnos mestres....	13
Alumnas ouvintes....	1
Alumnas mestras....	6

20

2.º ANNO

Alumnos mestres....	8
Alumnos ouvintes....	1

Total... 9

Geographia e Historia

1.º ANNO

Alumnos mestres....	10
Alumnos ouvintes....	2
Alumnas mestras....	4

Total... 16

2.º ANNO

Alumnos mestres....	8
Alumnos ouvintes....	1

Total... 9

O resultado dos exames no fim do anno lectivo foi:

1.º ANNO LECTIVO

Approvedos plenamente nas diversas materias 19

2.º ANNO LECTIVO

Approvedos plenamente..... 7

Total..... 19

Ao merecido conceito de que vai gozando este estabelecimento, devido na verdade a proficiencia dos obreiros que forão chamados para o cultivo das intelligencias dos futuros educadores da infancia, attribuo o crescente numero de aspirantes ao estudo das materias do Curso normal.

Dis o pessoal discente com que iniciámo os professores os seus trabalhos no corrente anno de 1877.

Grammatica da lingua castelhana.

1.º ANNO

Alumnos mestres....	16
Alumnos ouvintes....	22
Alumnas mestras....	1
Alumnas ouvintes....	1

Total... 44

2.º ANNO

Alumnos mestres....	4
Alumnos ouvintes....	3
Alumnas mestras....	4

Total... 11

3.º ANNO

Alumnos mestres....	7
Alumnos ouvintes....	1

Total... 8

Pedagogia e Methodos

1.º ANNO

Alumnos mestres....	19
Alumnos ouvintes....	4
Alumnas mestras....	1
Alumnas ouvintes....	1

Total... 25

2.º ANNO	
Alumnos mestres....	4
Alumnas mestras....	4
Total...	8
3.º ANNO	
Alumnos mestres....	7
Total...	7

Mathematicas Elementares

1.º ANNO	
Alumnos mestres....	19
Alumnos ouvintes....	14
Alumnas mestras....	1
Alumnas ouvintes....	1
Total...	35
2.º ANNO	
Alumnos mestres....	4
Alumnas mestras....	4
Total...	8
3.º ANNO	
Alumnos mestres....	7
Alumnos ouvintes....	1
Total...	8

Geographia e Historia

1.º ANNO	
Alumnos mestres....	19
Alumnos ouvintes....	14
Alumnas mestras....	1
Alumnos ouvintes....	1
Total....	35
2.º ANNO	
Alumnos mestres....	4
Alumnos ouvintes....	4
Alumnas mestras....	4
Total....	12
3.º ANNO	
Alumnos mestres....	7
Alumnos ouvintes....	1
Total....	8

Regulamento do Curso Normal

O Regulamento provisório que á este estabelecimento deo o antecessor de V. Ex. em 30 de Setembro de 1874. com o fim de estudar o modo mais conveniente á marcha dos estudos e conveniente ao ensino, foi, 5 mezes depois de installada a Escola Normal, convertido em disposições permanentes pela Assembléa Legislativa Provincial, que assim julgou em sua sabedoria util e necessario, não obstante as ponderações por mim feitas em sentido adverso.

No relatório anterior, que tive a honra de apresentar á V. Ex. emiti alguns juizes á respeito: pedi que se removesse o obstaculo que esse estado de permanencia vinha crear em desproveito dos alumnos, dos professores, do ensino e do serviço publico.

Aventurei a idéa de não ser possível no 3.º anno do curso occuparem-se os professores com tres turmas de alumnos, dando lição e prelecção á cada uma de ellas em uma e meia hora sem grande desproveito.

Finalmente chegamos a época da provação e estão se realisando as minhas previsões.

Hoje o curso tem alumnos do 1.º, do 2.º e do 3.º anno. A hora marcada a cada um professor para lição e prelecção é hora e meia; cabe, pois, meia hora a cada turma, isto é, um quarto para a lição, e outro para a prelecção.—Nestas circumstancias, á todos difficil, o professor de geographia, que tambem o é de historia, ou hade dividir o quarto de hora da lição de geographia com os alumnos de historia, dando

a cada turma 7 e 1/2 minutos de lição e prelecção, ou hade abarbar as turmas em dias diferentes; mas a tomar esse partido, não legal, procedendo do mesmo modo com as das alumnas mestras, cujos exercicios veda o Regulamento que se deom conjuntamente com os dos alumnos mestres, é claro que cada turma não poderá ter mais de uma lição de geographia e outra de historia por semana.

Em 1878 ainda mais se aggravará o mal perseverando as mesmas causas; porque então as alumnas mestras terão 3 turmas, a saber, as do 1.º, 2.º e 3.º anno.

Estes obstaculos tem dado motivos a reclamações por parte dos professores, reclamações que não podem ser attendidas por esta Inspectoria, nem pela Presidencia, sem offensa dos preceitos, que constituem hoje a lei organica da Escola.

Continuo a pensar que se deve exigir dos matriculandos no Curso Normal mais habilitações.

As que são requeridas pelo Regulamento converterão em breve a Escola Normal em aula de instrucção primaria, desvirtuando-a do seu fim, encheudo-a de meninos sem a necessariu comprehensão para receber as preleções dos professores.

Semear-se-ha muito, é verdade, porem a colheita será pouca, porque a maior parte da semente cahirá sobre pedra.

A instrucção secundaria, como o edificio, depende sobremento para sua solidez das bases em que o levantarem.

Edificar sobre areia é perder tempo e material, e amontoar ruinas e discreditto aos constructores.

A Escola Normal, não tem por fim ensinar a ler, escrever e contar, mas sim adiantar o ensino das escolas primarias e aperfeiçoal-o para a sublime missão do professorado.

Neste sentido, pois, convem alterar-se a disposição do art. 12 do seu Regulamento interno, e fixar a idade com que devão ser matriculados os pretendentes.

Com esta alteração vizo tres fins: melhorar o Curso Normal, garantir mais solido ensino e maior assiduidade da infancia nas escolas publicas e particulares, e crear emulação entre os professores.

Em outro lugar proporei medidas, que, com estas, realisem um systema de meios indirectos que nos livrem das vantagens do ensino obrigatorio, sem todavia, nos onerarmos com as despesas deste, nem dependermos do cortejo de leis repressivas que elle requer.

(Continua.)

2.ª Secção.—Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça, 7 de Maio de 1877.—Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio n. 13 de 24 de Março ultimo transmittio V. Ex. o requerimento do Juiz do Direito da Comarca do Alto Paraguay Diamantino, reclamando contra a pretorição, que soffreo por ter tomado assento na Relação do Distrito, á convite do respectivo Presidente interino, e na falta de um Dezembargador, o Juiz do Direito da Comarca de S. Luiz do Cáceres quando era mais proxima a sede do Tribunal a primeira destas Comarcas.

Em resposta cabo-me declarar a V. Ex. para os fins convenientes que procede a reclamação, uma vez que não foram observados o art. 7.º do Decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874. e Aviso deste Ministerio do 3 de Maio do anno passado, e suas disposições não conformem arbitrio para chamar-se um Juiz do Direito do Comarca mais distante, com prejuizo do da mais proxima.

—Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Januario da Gama Cerqueira.—Ao Sr. Presidente da Provincia de Mato-Grosso.—Cumpra-se e archive-se.—Palacio do Governo da Provincia de Mato-Grosso em Cuiabá, 30 de Junho de 1877.—Hermes.

ASSEMBLEIA PROVINCIAL
ACTAS

28.ª Sessão ordinaria em 11 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO EXM. SR. TENENTE-CORONEL SOUZA NEVES.

As onze horas da manhã, procedendo-se a chamada, achão-se presentes os Srs. Souza Neves, Gabriel Pinho e Azévedo, Conego Caldas, Conego Ferró, João Felix, Paula, Ricardo Franco, Pinna, Baecellar, Prado, Moreira Marques e José Estevão. Faltando com causa participada os Srs. Costa Leite, Silva Fontes e Pereira Gomes, e sem participação os Srs. Albuquerque, Pereira Jorga e Thomaz de Aquino. Abro-se a sessão. Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1.º Secretário declara não haver expediente.

1.ª parte da ordem do dia: O Sr. Pinna pede a palavra e manda á mesa o projecto organo e receita e fixado a despeza das Camaras Municipaes da Provincia, o qual ficou reservado para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª parte da ordem do dia: Entra em 1.ª discussão o projecto n. 519, organamento da Provincia.

Ninguem pedindo a palavra e posto á votos, foi approvado.

Entra igualmente em 1.ª discussão as posturas da Camara Municipal da Cidade de Peçoti.

O Sr. José Estevão pede a palavra e diz que sendo o artigo 1.º inconstitucional, vai votar contra elle, e pede que seu voto seja mencionado na acta, no que foi attendido. O Sr. Prado obtendo a palavra faz diversas considerações contra a opinião do Sr. José Estevão, o qual pedindo de novo a palavra explica o que o artigo 1.º tem de inconstitucional.

Tendo também pela segunda vez obtido a palavra o Sr. Prado dá as razões porque entendeu que o art. 1.º não é inconstitucional. Postas á votos, foram approvadas em 1.ª discussão, votando contra o art. 1.º o Sr. José Estevão.

Esgotada a ordem do dia; o Sr. Presidente dá para a sessão de amanhã, na 1.ª parte, leitura de requerimentos, pareceres de Comissões etc., e na 2.ª, 2.ª discussão do projecto n. 518 concedendo privilegio a Manoel Alves para fornecer agua á população de Corumbá; 1.ª discussão do parecer da Comissão de Commercio e industria sobre a fabrica do sabão de João Melano, e levanta a sessão á meia hora da tarde. — *João de Souza Neves, Gabriel de Souza Neves, 1.º Secretário, Antonio Thomaz de Aquino Corrêa Junior, 2.º Secretario supplente.*

As onze e meia horas do dia doze de Junho de 1877, fez-se a chamada e achão-se presentes os Srs. Souza Caldas, Pinna, João Felix, Paula e Thomaz de Aquino, faltando com causa participada os Srs. Costa Leite, Pereira Gomes, e Silva, Fontes, e sem ella os Srs. Bacellar, Conego Ferro, Albuquerque, José Estevão, Moreira Marques, Pereira Jorge, Pinho e Azevedo e Ricardo Franco. O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se a presente acta que lida e approvada, vai assignada. — O Presidente, *João de Souza Neves, Gabriel de Souza Neves, 1.º Secretário, Antonio Thomaz d'Aquino Corrêa Junior, 2.º Secretario suppl. nte.*

GAZETILHA

Victimas da Secca do Norte. — Uma commissão patriótica dos habitantes da Freguezia do Pedro 2.º pretendo levar á scena, no dia 28 do corrente mez, no theatro particular d'aquelle districto um esplendido e variado espectáculo para com o seo producto auxiliar a subsanção que nesta cidade tão humanitariamente promoveo o Sr. Dr. Augusto Novis em beneficio das victimas flagelladas pela secca do Norte.

A mesma commissão desejando que todas as classes da sociedade possam contribuir com o seu obulo para aquella festa de beneficencia,

resolveo que a entrada para o divertimento fosse de um mil réis por pessoa, e assim é de esperar que haja grande enchente e animação concorrendo todos com um pouco de suas economias para alliviar os males de nossos infelizes irmãos.

Caixa Economica. — Entradas no mez de Junho... 3:686\$000
Supprimen-
to da The-
sauraria de
Fazenda... 1:410\$359
Diversas or-
rigens... 3\$196 5:099\$755

Retiradas no
mez de Junho 3:178\$884
Remessas
para a The-
sauraria de
Fazenda... 1:917\$675
Idem para
o Monte do
soccorro... 3\$196 5:099\$755

TRANSCRIPÇÃO.

o Sr. Barão de Cotegipe.

(Cont. do n.º 632.)

O Sr. MINISTRO DA FAZENDA: — Tratarei agora da parte das censuras, que foram dirigidas ao governo e que eu considero as mais importantes e as mais dignas de attenção da camara dos Srs. deputados, posto que as outras igualmente o sejam. Refiro-me á parte financeira da actual administração.

! Comprehendo a camara, comprehendo a perfeitamente os nobres deputados, que fallarão em opposição, que a occasião não comporta largos desenvolvimentos e que apenas nesta discussão podemos estabelecer theses, que serão depois desenvolvidas e analisadas nos respectivos orçamentos.

Eu tambem assim o entendo, e pois, limitar-me-hei a contrariar, como disse na primeira vez que fallei nesta camara, por negação, as acerbas censuras que foram irrogadas ao gabinete 25 de Junho.

Os illustres deputados da opposição liberal podem, com mais ou menos plausibilidade, entrar na discussão deste assumpto, porque, desde o começo da vida do ministerio 25 de Junho, tem elles acompanhado na sua imprensa os diversos actos desse ministerio.

O Sr. DANTAS: — Apoiado.

O Sr. AFFONSO CELSO: — E antes mesmo.

O Sr. MINISTRO DA FAZENDA: — Não creio, porém, que o nobre deputado pelo Ceará tenha applicado sua attenção a taes assumptos hão de certo porque sua vasta intelligencia não os possa abrangêr, e sem duvida com muito menos difficuldade do que outro qualquar, especialmente o actual ministro da fazenda. So o ditoso torráo, que deu nas

cimento ao illustre deputado, pôde em um individuo, em um cidadão que elle considera inculto, trazer-nos um restaurador das finanças do Brasil, que muito é que tambem o seja o illustre deputado pelo Ceará, intelligencia cultivada, de estudos profundos, e de uma facilidade de comprehensão que nenhum objecto lhe pode ser estranho?

Mas, senhores, não basta a illustração, não basta a intelligencia, não basta a comprehensão, o preciso á attenção, e isto é, o que faltou ao meu illustre antagonista no assumpto de que se trata. S. Ex.º não teve, por certo, tempo para apurar estas questões. As sentidas circumstancias, que o levaram a ausentar-se da patria, e a tratar mais de sua saúde, por conselho dos medicos, do que do estudo dos negocios publicos do Brasil, e especialmente dos negocios financeiros, haviam de ter distrahir a attenção do illustre deputado. E dou-lhe toda a razão, porque se estivesse no seu lugar, tambem não faria outra coisa senão cuidar do fim, que me tinha levado á Europa, usar das aguas e fugir do fogo.

(O Sr. Presidente volta a occupar a cadeira.)

E, portanto com alguma difficuldade que eu chego a crer que o nobre deputado, dirigindo arguições ao governo por causa da sua gestão financeira, não faz mais do que accumular um novo producto da sua imaginação, ou seguir, o que é contra os seus habitos, uma opinião formada pelos nossos adversarios.

Se o illustre deputado, se eu o convidado e empraço para a discussão dos orçamentos, entrará no exame da gerencia financeira do ministerio 25 de Junho, eu espero da sua lealdade, do seu amor á verdade, que ha de concordar commigo em que foi soberamente injusto quando affirmou que nenhuma administração financeira tinha sido mais funesta ao paiz do que a actual que tinha posto á barra á todas as anteriores; quando affirmou, com a autoridade de sua palavra, que esta administração tem sido perdularia, fazendo apenas economia em pontos do pequena monta.

Sr. presidente, eu não posso, não devo, nesta occasião, expôr o estado da gerencia em geral dos negocios financeiros do Imperio. Aguardarei que os factos sejam especificados. Accusações vagas, proposições gerais, a estas limito-me a oppôr tambem negativas geras, contestações geras.

Não ha economias pequenas na gestão dos negocios financeiros, o neste ponto dirijo desde já do nobre deputado. Entende elle que não valem á pena certas migalhas do despeza publica, mas é porque esquece que quem faz pequenas economias com mais razão ha de fazer as grandes.

O nobre deputado, tão lido na historia da Europa, deve saber que

quando Pitt aceitou o poder e iniciou reformas financeiras, principiou por diminuir os gastos do carvão nas casas dos ministros; mas eu espero que o honrado deputado, como prometteu, na occasião da discussão do orçamento declare, especifico os factos que o levarão a suppôr que esta situação financeira é a peor. Não me expriro bem dizendo situação: — que o ministerio na gerencia das finanças tem procedido por tal forma, que deve obedecer á intimação do illustre deputado, e deixar o poder á outros, que venhão salvá-la.

Pode-se, Sr. presidente, empraçar um epitheto mais ou menos picante, quando se qualifica uma situação qualquer; mas o que somente fere, ou offende não convence. Nestes negocios é preciso que convençamos o paiz, que não envenenemos proposições vagas, que se podem produzir descredito para aquelles que estão á testa da administração.

Desejo que o nobre deputado seja franco quanto se possa ser; empraço-o para á discussão do orçamento, e confio que até então o publico e aquelles que nos leem, suspendão seu juizo e aguardem as provas que nos prometta o illustre deputado.

O mesmo systema não seguiu o illustre adversario, representante da provincia da Bahia, que fallou antes do nobre deputado pelo Ceará. Elle, embora tambem em geral dissesse que a administração financeira era funesta, que convinha pôr um paradeiro aos desperdícios do governo, exhibio factos, principalmente para demonstrar essa sua proposição, aguardando á oportunidade para entrar em mais minuciosos detalhes.

Vou satisfazer ao illustre deputado. As suas accusações (digo accusações, como synonymo de censuras) versarão sobre tres pontos: um geral e dois especificos. O ponto geral refere ao actual governo ha-vendo despendido mais, além do que a lei do governo actual. E o especifico refere á despesa orgada com a recessão da qual á conclusão do que em um certo periodo havia o governo actual dispendido uma somma de 100:000:000\$, pouco mais ou menos; segundo ponto: a negociação das apolices emitidas pelo governo; e terceiro, o deficit previsto no orçamento, que, segundo o illustre deputado, deve ser maior do que o calculado na proposta.

Comecemos pelo deficit. O deficit no orçamento de qualquer paiz pôde ser o resultado de diversas causas. Pôde haver administração a mais severa, a mais regular, e dar-se-ha um deficit na receita; pôde provir de exageração do despezas, e pôde provir de uma o outra causa.

O Sr. DANTAS: — E de improvidencias.

(Continua.)

EDITAIS.

O Barão de Diamantino, Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa, Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional por Sua Magestade O Imperador a quem Deos Guarde, 1.º Juiz de Paz Presidente da Junta desta Parochia da Sé na forma da Ley &c.

Faz saber aos que o presente Edital lerem, que no dia 1.º de Agosto do corrente anno, se deve reunir a Junta da Parochia para proceder ao alistamento dos cidadãos da Parochia para o serviço do Exercito e Armada, nas condições do art.º 9.º § 1.º de Regulamento

aprovado pelo Decreto n.º 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, devendo essa reunião se celebrar no Consistorio da Matriz, em 10 dias consecutivos desde as 9 horas da manhã as 3 da tarde, convoca, pois, a todos os interessados a comparecerem nesse lugar, dias e horas, para apresentarem todos os esclarecimentos e reclamações a bem de seus direitos, afim de que a Junta possa bem orientada ficar da verdade, habilitada a fazer as declarações e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta Revisora, que tem de apurar esse alistamento. E para conhecimento de todos mandou lavrar o presente edital que será affixado na porta da igreja e publicado pela imprensa, e que vai por mim feito e rubricado pelo Juiz de Paz.

E eu Vicente Pires de Miranda, Secretario da Junta Parochial o subscrevo, Vicente Pires de Miranda.

Cuiabá, 1.º de Julho de 1877.
B. de Diamantino.

Jerônimo Nunes Monteiro de Mendonça, Cavalleiro da Imperial ordem da Rosa, condecorado com as medalhas de prata Valor e Lealdade concedida a guarnição do Forte de Coimbra e com a da campanha do Paraguay em possador de prata, contendo o numero quatro, Tenente honorario do Exercito, tudo por Sua Magestade O Imperador a quem Deus Guarde, 1.º Juiz de Paz Presidente da Junta Parochial de Santo Antonio do Rio-abaiço, na forma da Ley etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, que no dia 1.º de Agosto do corrente anno, se deve reunir a junta da parochia para proceder ao alistamento dos cidadãos da parochia para o serviço do Exercito e Armada, nas condições do artigo 9.º § 1.º de Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, devendo essa reunião se celebrar no Consistorio da Matriz, em dez dias consecutivos desde as 9 horas da manhã ás

3 da tarde: convoca, pois, todos os interessados a comparecerem nesse lugar, dias e horas, para apresentarem todos os esclarecimentos e reclamações a bem de seus direitos, afim de que a junta possa bem orientada ficar da verdade habilitada a fazer as declarações e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da junta revisora, que tem de apurar esse alistamento.

E para conhecimento de todos mandou lavrar o presente edital que será affixado na porta da igreja e publicado pela imprensa, e que vai por mim feito e rubricado pelo Juiz de Paz.

E eu Vicente Pires de Miranda, Secretario da Junta Parochial o subscrevo, Vicente Pires de Miranda.

Freguezia de Santo Antonio 1.º de Julho de 1877.
Jerônimo N. Monteiro de Mendonça.

Encargamento da Junta de predios urbanos para o exercicio de 1877 a 1879.

Rua do Coronel Feicoto.

1 Agostinho da Silva Cabano.....	125960
2 Escolastica de Jesus o Arruda.....	83640
A mesma.....	63480
4 Herança do Major Flaviano Gomes de Barros.....	123960
5 Agostinho da Silva Cabano (alugada)..	275900
6 Capitão Feliciano Pereira dos Guimarães.....	103800
7 Congo Antonio Henrique de Currelho Ferro (alugada)..	213600
8 Herança do Major Romualdo Pinto de Souza (alugada)....	375800
9 D. Anna Nunes Nogueira (alugada)..	275900
10 Alferes Manoel Ferreira Coelho (alugada).....	275900
11 D. Anna Nunes Nogueira (alugada)..	175280
12 D. Francisca Felismina de Couto (alug.)	175280
13 D. Mariana do Nascimento Machado (alugada).....	168200
14 José Viegas de Brito (alugada).....	168200
15 D. Mariana do Nascimento Machado (alugada).....	275900
16 Herança de Joaquim José Dias (alugada).....	168200
18 Herança de Agostinho da Silva Rondou (alug.)	175280
20 Anna Normal (scripto)	\$
22 Alferes Theodoro Silvestro Moreira (alug.)	213600

Rua do Commandante Costa.

1 Antonio Pereira Duarte (alugada).....	43320
2 Frederico Augusto de Campos Alho (alug.)	43320
4 Romana Rodrigues (alugada).....	75560

5 Antonio Pereira Duarte (alugada).....	83640
6 Joanna Maria de Jesus (alugada).....	103800
7 Antonio Pereira Lyrio	43320
8 Herança de Aguida Fernandes (alug.)	33240
Alferes Manoel Lino da Silva.....	53400
9 D. Carlota Joaquina de Vasconcellos Cambará (fundos)....	\$
11 A mesma (alugada)..	53400
12 Herança do Capitão Francisco Fernandes da Silva Junqueira..	83640
14 D. Anna Lelfina do Nascimento.....	63480
Herança de Antonio da Costa Ramalho....	43320
16 Herança de Capitão José Maria de Abrão Antonio Pereira Duarte	83640
18 Capitão José Leito Pereira Gomes.....	83640
20 Herança de D. Maria Gertrudes.....	43320
22 Herança de Luiz Pedro de Figueiredo.....	43320
Joanna Maria de Jesus (alugada).....	75560
A mesma (alugada)..	75560
15 Herança de João Mendes (alugada)....	93720
17 Felisiana Christina (alugada).....	113880
19 Herança de Isabel Rodrigues d'Oliveira o quarto.....	53400
24 Gabriel de Moraes e Sousa (alugada)..	433200
26 Frederico Augusto de Campos Alho (alug.)	123960
28 D. Maria Benedicta Canavarros.....	75560

30 Herança de Domingos Dias da Costa.....	75560
32 Herança de João Mendes (alugada)....	123960
34 Benedicta Rosa (alug.)	83640
36 Generoso Annes da Fonseca (alugada)..	33240
38 José Cupertino d'Almeida (alugada)....	113880
José Estevão Candido Jarcom (alugada)..	75560
Miguel Lourenço da Cunha (alugada)...	75560
Herança de Juliana Joseph de Figueiredo (alugada).....	83640
Januaria de tal (alug.)	83640
42 Herança de Romão da Silva.....	53400
Maria da Conceição...	43320
Herança de José Bruno Modesto (alugada).....	113880
Vicente Pedross (alug.)	75560
Herança de D. Anna Ephigenia.....	53400
Clementina Rodrigues Nunes (alugada)..	213600
Joaquim Pereira Mendes.....	33240
Clementina Rodrigues Nunes (alugada)..	63480
A mesma.....	103800
D. Anna dos Anjos (alugada).....	53400
Jacinto de Paula....	43320
Maria José de Jesus..	33240
Herança de Manoel Corrêa de Mattos (arruinada).....	\$
D. Julia Franco de Camargo (alugada)..	63480
Francisco Nunes (alug.)	63480

(Continua.)

THEATRO

Freguezia de Pedro 2.º

SABADO, 23 DE JULHO DE 1877.

Extendido e variado Espectaculo em beneficio das

VICTIMAS DA SECCA DO NORTE

Decorado com a presença de S. Ex. o Sr. General Presidente da Provincia.

Representar-se-ha a muito applaudida opera em tres actos do insigne escriptor Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

O FANTASMA BRANCO

Segue-se a secna comica intitulada: O SR. DOMINGOS FORA DO SERIO

Terminará o divertimento a interessante e muito engraçada comedia:

O JUZ DE PAZ DA ROSA
O largo do Theatre estará brilhantemente illuminado e embandeirado.

O panno de bocca é pintado de novo e allegorico ao fim a que é dado o espectáculo.

Entrada geral..... 1000
PRINCIPIANA AS 8 HORAS.

Typ. de S. Neves & Comp. — Editor, JOAQUIM DA C. FERREIRA.